



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Aliviar a “escassez de empregados domésticos”

Recentemente, muitos residentes dirigiram-se-me para informar que, devido à necessidade de prevenção epidémica, o Governo impôs limitações à entrada e saída, razão pela qual, a partir de Março do corrente ano, passou a ser difícil contratar empregados domésticos estrangeiros. Após a entrada em vigor da “Lei da contratação de trabalhadores não residentes”, em 5 de Outubro, a “escassez de empregados domésticos” agravou-se, causando grandes incómodos a muitas famílias em que ambos os cônjuges trabalham.

Como em Macau existem muitas famílias em que ambos os elementos do casal trabalham, a maioria das pessoas não consegue cuidar das crianças e dos idosos, e fazer outras tarefas domésticas, durante o horário de trabalho. Assim, os empregados domésticos tornaram-se, gradualmente, em necessidades imprescindíveis de muitas famílias em que ambos os cônjuges trabalham. No entanto, a pandemia do novo coronavírus alastrou por todo o mundo e os países vizinhos reagiram continuamente. Macau proíbe completamente a entrada de estrangeiros há mais de meio ano, impedindo o fornecimento de sangue novo por parte dos empregados domésticos estrangeiros. Ao mesmo tempo, a “Lei da contratação de trabalhadores não residentes” entrou em vigor no dia 5 de Outubro, estipulando que os novos trabalhadores não residentes têm de sair de Macau e depois entrar novamente



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

para tratar do cartão azul, o que faz com que os estrangeiros que completaram os seus contratos estejam aqui retidos, ficando impossibilitados de trabalhar legalmente em Macau.

Face à escassez de empregados domésticos estrangeiros, o Governo sugeriu à população que considerasse a contratação de empregadas domésticas do Interior da China. Contudo, muitos empregadores reflectem que o salário inicial da maioria dos empregados domésticos da China que trabalham em Macau é de 7000 patacas, e a maioria dos empregadores paga ainda honorários no valor de 3600 patacas, o que é o dobro do custo da contratação de empregados domésticos estrangeiros, e as famílias normais dificilmente conseguem suportar estes encargos. Alguns cidadãos esperam que o Governo implemente medidas de curto prazo para aliviar a pressão sentida pelas famílias em que ambos os cônjuges trabalham. A longo prazo, como a qualidade dos empregados domésticos varia entre eles e a contratação de empregados adequados e satisfatórios depende apenas da sorte, o Governo deve proceder a uma fiscalização uniformizada no mercado dos empregados domésticos, a fim de salvaguardar os direitos e interesses dos empregadores.

Sendo assim, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Devido às necessidades de prevenção epidémica, a curto prazo, os empregados domésticos estrangeiros não vão conseguir preencher as vagas do mercado de Macau, e é por isso que muitas famílias que têm



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

de cuidar dos seus filhos menores e idosos, e em que ambos os cônjuges têm de trabalhar, estão bastante ocupadas. Para aliviar a pressão das famílias em que ambos os cônjuges trabalham fora de casa e que não conseguem contratar empregados domésticos, não pensa o Governo em implementar um plano de curto prazo para a prestação de cuidados diurnos e domésticos?

2. Em Abril, o Governo afirmou que não estavam reunidas as condições para a criação de uma lista negra dos trabalhadores domésticos. Mas, a longo prazo, a criação de uma lista negra dos empregados domésticos é um meio importante para assegurar a qualidade do mercado desses empregados e é também uma aspiração permanente de muitos empregadores. Quais são as dificuldades que irão surgir com a criação desses mecanismos? Com vista a uma fiscalização uniformizada do mercado de empregados domésticos e a um estudo sobre a criação de uma lista negra, não pensa o Governo em criar uma cooperação interdepartamental?

16 de Outubro de 2020

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Zheng Anting